



EDUCAÇÃO POPULAR: FERRAMENTA DE LUTA PARA “A SUPERAÇÃO” DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

José Davi Ferreira Lima

Evily Igor Santos

RESUMO

A questão agrária brasileira é um tema que tem sido estudado e discutido por muitos estudiosos no Brasil e no mundo, tendo-se em vista a vasta literatura produzida, que apresentam um quadro histórico, geográfico, social, econômico e político do problema agrário no país, que está na raiz das desigualdades e injustiças socioespaciais vividas pelo povo brasileiro. É fato que também tem existido muita luta popular contra tal modelo de sociedade e organização territorial. A luta acontece mediante a percepção desvelada da realidade opressora. Nesse sentido, a Educação Popular, enquanto um processo que se dá do povo para o povo, que tem horizontes estratégicos e opção política-ideológica fortemente demarcada, apresenta-se como uma ferramenta necessária a formação das massas camponesas (e operárias) para a luta popular, contra o modelo hegemônico de organização da sociedade, monopolista e, conseqüentemente, excludente. Portanto, o presente texto tem como objetivo provocar uma reflexão acerca da Educação Popular como via para a transformação da realidade agrária brasileira. O caminho metodológico trilhado foi o da revisão de literatura e coleta de dados estatísticos em sites oficiais. Assim, identificou-se a viabilidade metodológica/pedagógica da Educação Popular para a luta por justiça social.

Palavras-chave: Educação Popular; questão agrária; luta popular.

POPULAR EDUCATION: A TOOL TO FIGHT FOR “OVERCOMING” THE BRAZILIAN AGRARIAN ISSUE

ABSTRACT

The Brazilian agrarian issue is a topic that has been studied and discussed by many scholars in Brazil, considering the vast literature produced, which presents a historical, geographical, social, economic and political picture of the agrarian problem in the country, which is at the root of the socio-spatial inequalities and injustices experienced by the Brazilian people. It is a fact that there has also been a lot of popular struggle against such a model of society and territorial organization. The struggle takes place through the unveiled perception of the oppressive reality. In this sense, Popular Education, as a process that takes place from the people to the people, which has strategic horizons and a strongly demarcated political-ideological option, presents itself as a necessary tool for the formation of the

peasant (and workers) masses for the struggle against the hegemonic model of organization of society, monopolistic and, consequently, excluding. Therefore, this text aims to provoke a reflection on Popular Education as a way to transform the Brazilian agrarian reality. The methodological path followed was to review the literature and collect statistical data on official websites. Thus, the methodological/pedagogical feasibility of Popular Education for the struggle for social justice was identified.

Keywords: Popular Education; agrarian issue; popular struggle.

INTRODUÇÃO

A produção do espaço agrário brasileiro, desde a época colonial se deu excluindo, expropriando e violentando o povo original e camponês. Esse espaço manteve suas estruturas e funções ao longo do tempo pelos pactos que houveram entre os dominadores. As profundas desigualdades que foram criadas intencionalmente, polarizaram a sociedade entre aqueles que oprimem e detêm o poder político, econômico e o controle ideológico, e aqueles que são oprimidos, que somente pela via de uma educação libertadora, protagonizada pelas classes populares, podem perceberem-se em tal condição e lutar pela superação da mesma.

A invasão do território brasileiro em 1500 implantou um modelo agrário orientado pela lógica cartesiana, moderna e ocidental, desrespeitando a cosmo visão e massacrando os povos originais que já habitavam nessas terras. Há a dessacralização da natureza e a fragmentação da relação homem/mulher-ambiente, pois a maneira pela qual a exploração se deu, não cabia pensar a vida humana em complementariedade com meio físico, pois o que antes era sagrada (a terra) passa a ser objeto de acumulação capitalista e logo depois mercadoria.

A estruturação fundiária criou os latifúndios, que serviam para produção das monoculturas voltadas para o mercado externo, utilizando força de trabalho escravizada e deixando o campesinato sempre às margens da grande propriedade (STEDILE, 2005). Tal modelo tão desigual foi mantido pela dominação cultural, política e ideológica. No entanto, houve muita resistência a esse processo, tanto por parte dos povos originais, quanto pelos escravizados africanos e o campesinato empobrecido. No entanto, lutas populares sempre foram esmagadas pelo aparato militar do Estado.

Os processos ideológicos foram utilizados historicamente no Brasil para desterritorializar os povos do campo, das águas e das florestas, afastando-os de seus territórios de vida e disponibilizando as riquezas naturais para a exploração capitalista. Os diversos tipos de expulsão de tais povos ainda são frequentes e se apresentam no Brasil desde o passado colonial, sendo que tal modelo de ordenamento socioterritorial foi/é direcionado para dar

espaço ao modo capitalista de produção, que é baseado em profundas intervenções no ambiente e exploração dos seres humanos. Isso é a causa da miséria para os pobres, que para lutarem contra esse processo que é hegemônico, muito articulado e extremamente violento, precisam ter clareza de contra o que está lutando e qual o projeto de mundo que pretendem construir.

Para que a luta seja fortalecida e mantida, para que haja o engrossamento das fileiras e assim a intervenção mais efetiva dos movimentos sociais na sociedade, se faz necessário que estes tenham como base na formação de seus militantes uma metodologia que seja coerente com sua visão de mundo, ou seja, a Educação Popular, que de acordo com PELOSO (2012) é o meio pelo qual se emprega o conhecimento como força material para implantação da estratégia do processo de transformação social, a medida em que se qualifica a militância e eleva a consciência do povo oprimido. Sendo a questão agrária um problema gerado nesse processo histórico, e sua superação urgente, a formação das massas para a luta por libertação das opressões deve estar inserida nos marcos de uma educação crítica, que possibilite problematizar, desvelar e agir para transformar a realidade, pois o sistema desumano, violento e injusto, que produz um espaço agrário segregado e relações humanas opressoras, avança a cada momento, para manter o que está sendo.

O CAPITALISMO NO CAMPO E EXCLUSÃO DA NECESSIDADE DE REFORMA AGRÁRIA

De acordo com MOREIRA (2011) a organização do espaço geográfico brasileiro tem sua origem do processo de disponibilização espacial que dividiu o espaço dos povos originais em grandes domínios de propriedade administrados por colonos portugueses que detinham o poder fundiário, territorial e político, e onde nos mesmos direcionaram as atividades para o setor agrícola-exportador baseado no trabalho escravizado, de onde obtinham a renda diferencial que se combinava com a forma-valor (pré)capitalista.

Duas maneiras de disponibilização do território para o projeto colonial foram adotadas no Brasil: a primeira foi a ação truculenta dos bandeirantes que invadiam tribos para capturar e posteriormente escravizar o povo originário, e depois, com o esgotamento de ‘fontes’ mais próximas ao litoral, os bandeirantes passaram a invadir missões jesuítas, onde geralmente estava reunida uma grande quantidade de indígenas, o que facilitava a captura; a segunda forma de entregar o espaço para os colonizadores foi mais branda do ponto de vista físico, mas catastrófica do ponto de vista étnico, a ação jesuíta de catequização realizava a

mudança da cosmovisão dos indígenas, para também disponibiliza-los como mão-de-obra escravizada e deixar livre o território para os colonos portugueses. E como legalização desse processo inicial de produção espacial no Brasil, vem o ordenamento do território em sesmarias, que funda tal espaço baseado na grande propriedade, excluindo negros e marginalizando brancos pobres – é nesse momento da história brasileira que funda-se e fundamenta-se a estrutura agrária injusta, monopolista e excludente que perdura até a atualidade (MOREIRA, 2011). Nesses termos,

[...] desde os primórdios da colonização do Brasil pelos portugueses, a forma como a terra foi distribuída e utilizada resultou num grave problema agrário; apesar do aumento da produção agropecuária, esta não conseguiu se tornar um fator de progresso econômico, com distribuição de renda e justiça social. Ou seja, desde 1500 o uso da terra no Brasil beneficiou apenas uma minoria da sociedade – a sua classe dominante – impedindo que a maioria da população tivesse acesso à posse e usufruto desse bem da natureza (STÉDILE, 1997, p. 8).

O capitalismo no campo brasileiro está presente desde o início da colonização, de modo que inicialmente a acumulação de capital se deu por meio do trabalho escravizado que produzia a renda da terra, pois o modo de produção capitalista em sua evolução se relaciona com outros modos de produção para espolia-los (sobre o escravismo). Porém, no Brasil trabalho livre não significou necessariamente trabalho assalariado, pois mesmo depois da ‘abolição’ a acumulação de capital continuou por relações de trabalho não capitalistas, ou seja, as formas camponesas dependentes (colonato no sul e sudeste e os moradores das fazendas de gado e cana-de-açúcar no nordeste). No entanto, é necessário lembrar, que a acumulação do capital produzido na colônia era realizada pelas metrópoles europeias. Mesmo com as mudanças no mundo do trabalho e o surgimento da indústria no Brasil, os latifundiários e seu poder oligárquico foi quem continuou ditando as regras da produção/organização socioespacial do país durante a República Velha (1889 a 1930) e logo após nos anos 1960 com a revolução verde o capitalismo, com apoio do Estado, aprofunda-se no campo pela via latifundiária mantendo as velhas estruturas coloniais e excluindo a necessidade de reforma agrária (GORENDER, 1987).

Nesses termos, a inserção do capitalismo no campo brasileiro se deu de tal forma que não precisou extinguir os latifúndios, o que é contraditório, pois a concentração fundiária além de manter a terra ociosa confere poder às oligarquias rurais, podendo entravar o desenvolvimento do capitalismo burguês urbano. No entanto, o que ocorreu foi um pacto entre as elites urbanas e rurais, que mantiveram o país numa posição internacional de subserviência aos países imperialistas, ou seja, produzindo mercadorias que pudessem ser estocadas sem perda de qualidade para o mercado externo, e consumindo produtos com um

maior valor agregado. Na consolidação desse processo alguns governos da ditadura militar brasileira direcionaram as ações do Estado para concentrar as empresas na atividade agrícola de base latifundiária (PAULINO e ALMEIDA, 2010). Tal pacto também tem relação com a modernização do campo brasileiro, que beneficiou os latifúndios incorporando tecnologias produzidas pelos países centrais, ou seja, ocorreu um progresso técnico dependente e que manteve as bases fundiárias injustas no país.

Nesse sentido a reforma agrária não foi necessária ao capitalismo no Brasil, porque fundou-se no monopólio da terra, interesses especulativos e na exploração do trabalho escravizado e camponês, com forte apoio do Estado. Os avanços da técnica permitiram a mecanização da produção excluindo grande parte do trabalho laboral, o que gerou um grande exército de reserva no campo e na cidade, aumentando as possibilidades de lucros dos capitalistas. Diante disso a linha de desenvolvimento camponês foi totalmente desconsiderada (GORENDER, 1987). E como a burguesia industrial brasileira nasceu no seio do latifúndio, que sempre serviu aos interesses externos, seguiu igualmente a mesma lógica estabelecida, explorando os de casa para agradar/enriquecer os de fora. Portanto a industrialização nacional não teve o interesse de formar um mercado consumidor interno, mantendo, as profundas desigualdades (PAULINO e ALMEIDA, 2010).

Se os produtos industrializados não eram voltados para o mercado interno, não fazia sentido reduzir os custos de reprodução básica da massa trabalhadora urbana. Já que esta não iria consumir bens duráveis não necessitava que sobrasse dinheiro do seu salário. No entanto, os baixos salários urbanos se mantiveram pela maior espoliação do trabalho dos camponeses que estavam assentados na terra produzindo alimentos, que mesmo tendo a posse da mesma, continuariam tendo seu trabalho explorado por meio do barateamento da produção. Isso era feito para garantir a extração de mais-valia absoluta dos trabalhadores urbanos, pois se os alimentos fossem pagos num preço que remunerasse o trabalho camponês, o salário dos operários urbanos deveria ser mais alto, para que pudessem comprar tais alimentos, reduzindo assim a renda dos capitalistas. O capitalismo também se apropria de formas não capitalistas (nesse caso o trabalho camponês não pago) para se reproduzir.

A questão agrária enquanto um fenômeno social, político e econômico que está ligado a luta de classes, não pode ser entendido fora de um contexto histórico-geográfico, porque é justamente a partir do entendimento da produção e organização do espaço geográfico ao longo dos períodos da história da humanidade, que se pode compreender outros fenômenos que perpassam as épocas, tais como a questão urbana, o desemprego, a qualidade dos alimentos consumidos pela população, a fome, as migrações e dentre outros. As transformações que ocorrem de forma quase instantânea no mundo contemporâneo podem até inibir ou desviar o foco para uma outra série de questões que surgem com a globalização, no entanto a questão agrária

é um fato muito urgente e que não deixou de influenciar nos tristes rumos que a sociedade toma (SANTANA e LIMA, S/D, 2018).

Tudo isso faz urgente o debate da luta pela terra, que não é somente a posse, mas as condições de permanência na mesma e o desenvolvimento de processos autônomos por parte do campesinato. O modelo agrário hegemônico no Brasil que concentra a terra desde o passado colonial até a atualidade – como apresentam os dados do IBGE de 2006, onde 45% da área dos estabelecimentos agropecuários do Brasil está em posse de apenas 1% dos produtores, enquanto o número de camponeses é de aproximadamente 3.034.185 de pessoas (12% dos proprietários) e sua área em hectares não alcança sequer 1% da área total – é causador de altos índices de fome e pobreza que ainda assolam o país, especialmente nas regiões norte e nordeste onde a porcentagem de grupos pobres, extremamente pobres e vulneráveis a pobreza ultrapassa a média nacional, além dessas outras questões que estão diretamente relacionadas entre si.

EDUCAÇÃO POPULAR E SUA IMPORTÂNCIA PARA LUTA DO CAMPESINATO

Entendendo que a luta por uma sociedade mais justa se dá também no campo das ideias e nas ações culturais, a educação é um instrumento fundamental para a formação do povo que vai desconstruir tal realidade e construir outra. Nesses termos, o processo educativo em seus diversos temas devem contribuir para a formação crítica de sujeitos urbanos e rurais, para que se coloquem conscientemente contra as opressões históricas que produziram desigualmente e intencionalmente a sociedade e o território nacional. Tanto no campo quanto na cidade a Educação Popular e libertadora tem uma função fundamental, que é a de possibilitar aos educandos de forma geral a compreensão dos processos espaciais, políticos, econômicos e culturais que produzem a realidade na qual eles e elas se encontram, despertando também a consciência que a realidade não é algo acabado, mas que em sua dinâmica histórica pode ser transformada por sujeitos engajados em tal projeto.

Esta educação, não pode ser uma educação desconectada à realidade, mas interligada aos processos de produção e reprodução material e simbólica da classe camponesa. Por isso, há necessidade de que esta educação seja construída sobre marcos emancipatórios propostos pelos movimentos socioterritoriais camponeses. Esta educação tem que estar ligada a uma pedagogia emancipatória/libertadora que faz oposição à educação neoliberal e urbanizada praticada, até então, no campo e na cidade (CAMACHO, 2011, p. 26).

É urgente que a educação no Brasil seja um processo de desvelamento da realidade capitalista opressora, bem como para a formação da consciência crítica das massas oprimidas.

Nesse sentido, os conteúdos escolares de Geografia, por exemplo – enquanto conhecimento que permite a análise da relação sociedade-natureza e o meio que é produzido por tal – são fundamentais para que no ensino-aprendizagem entenda-se a relação de totalidade do espaço, que tem suas duas faces, rural e urbano. Seja qual for o contexto socioespacial que a educanda ou educando se encontra, o entendimento do espaço agrário é de grande importância, pois trata diretamente do tipo e da qualidade de alimento que chega às mesas, das relações socioculturais que perpassam o cotidiano, do nível de pobreza que assola uma região, do acesso à terra pelos povos camponeses e originários, do estado de saúde de uma população (que é influenciado pelo que se come e bebe), das condições ambientais e o estado de modificação/intervenção nas paisagens. Ou seja, é necessário que a construção do conhecimento possa efetivamente levar as pessoas a entenderem-se na realidade agrária do país, pois ela perpassa assuntos que estão muito próximos e interferem no dia-a-dia.

Quem não entende a raiz da injustiça se torna alienado. O processo de tomada de consciência quebra toda forma de alienação e permite a descoberta do real. A superação da alienação é básica na estratégia para construir o novo, o futuro, a vida. A participação em processos de luta, a reflexão, o estudo, as leituras... são caminhos para alimentar a fidelidade à causa popular na busca das transformações. Pensar é um exercício que subverte a existência da militância para que ela jamais se acostume com injustiça ou desânimo na luta pela emancipação da humanidade (PELOSO, 2012, p. 85).

Como fundamento para uma educação libertadora, FREIRE (1987) aponta que a educação deve construir nas pessoas a consciência de classe, pois a mesma leva o ser humano a lutar contra as forças que impõem sua opressão, na intenção de recuperar sua humanidade e ainda não se tornar opressor. Os oprimido(as) em sua luta tem a capacidade de libertarem-se e ao mesmo tempo libertarem quem os oprimem, através de sua luta histórica e humanista. Porém, todo oprimido e tem a tendência a aderir um pouco do opressor em si (por um processo de dominação ideológica), e neste, vê como exemplo a ser alcançado. A realidade opressora impõe os oprimidos(as) a algumas vezes temerem a liberdade, e não enxergarem uma outra maneira de viver, a não ser na condição de dualidade, opressor ou oprimido. Porém, a libertação se dá na condição de que os oprimidos(as) não mais se veem lutando para chegar a condição de opressor, mas de ser humano – ser mais. E esse processo só se dá pela razão e pensamento crítico.

O modelo institucional de educação em vigência é direcionado para os interesses da classe dominante, por isso não permite uma leitura crítica da realidade e a atuação dos oprimidos(as) para a transformação da mesma. A falta de leitura da palavra, mas principalmente do mundo, faz com que o povo continue oprimido, portanto o processo de

libertação deve ser orientado pela permanente formação (que não exclua a leitura e ação política), que se dá nos marcos da Educação Popular. Pois a educação escolar brasileira controlada pelas elites rurais e urbanas, principalmente através da política do livro didático, não possibilitam a discussão crítica de determinados temas.

Seria demasiado ingênuo, até angelical de nossa parte, esperar que a "bancada ruralista" aceitasse quieta e concordante a discussão, nas escolas rurais e mesmo urbanas do país, da reforma agrária como projeto econômico, político e ético da maior importância para o próprio desenvolvimento nacional. Isso é tarefa para educadoras e educadores progressistas cumprir, dentro e fora das escolas. É tarefa para organizações não-governamentais, para sindicatos democráticos realizar. Já não é ingênuo esperar, porém, que o empresariado que se moderniza, com raízes urbanas, adira à reforma agrária. Seus interesses na expansão do mercado o fazem "progressista" em face da reação ruralista. O próprio comportamento progressista do empresariado que se moderniza, progressista em face da truculência retrógrada dos ruralistas, se esvazia de humanismo quando da confrontação entre os interesses humanos e os do mercado (FREIRE, 1996, p. 38).

Se tratando do livro didático, considera-se que ele é um importante instrumento que permite o acesso as informações de cada disciplina escolar, além disso traz instruções para educadores/as e educandos/as, e em muitos casos configura-se o único material didático que as crianças e jovens das classes populares têm acesso (está aí a relevância dessa política pública que foi uma conquista da sociedade). No entanto, ele também é um meio pelo qual o Estado veicula seus ideais, princípios e interesses, – que, diga-se de passagem, são os da classe dominante – e é com esse intuito que os livros didáticos são produzidos igualmente para atender todas as escolas no território nacional, que juntamente com a Base Comum Curricular busca 'integrar' o país por meio da educação escolar. Nesse sentido, esse processo configura-se como algo impositivo e autoritário, pois desconsidera as particularidades e diversidade do povo brasileiro (CALLAI, 2016). Um exemplo de como as políticas educacionais, inclusive a do livro didático, serviram para efetivação de um projeto de poder, é a maneira como a educação foi projetada durante o regime militar no Brasil (1964-1985), projeto que era aliado aos interesses do capital internacional e só aprofundou as desigualdades no país.

As diferenças estariam então, não apenas sendo mantidas, mas também ampliadas, na medida em que a grande massa de estudantes das escolas públicas teria sua "formação" destinada a suprir as necessidades do mercado e os professores, a ferramenta de execução de tal objetivo. Assim, a instituição da escola pública deixou de ser um ambiente destinado ao crescimento pessoal e social e foi, deliberadamente, transformado pelo poder central em uma "fábrica" de trabalhadores alienados e completamente dependentes das "vontades" do capital ou da "bondade" do governo (KUNZLER e WIZNIEWSKY, 2007, p. 202).

Mas o que é mesmo Educação Popular? Quais seus objetivos? Como ela pode de fato contribuir para transformação da sociedade? E por que ela se coloca como contra a educação hegemônica dirigida pelo Estado e pelas classes dominantes?

[...] é uma ferramenta político-pedagógica cujos objetivos permanentes são: a) traduzir, divulgar e recriar o conhecimento como força material para transformar a realidade; b) construir, divulgar e acompanhar a implantação da estratégia da organização popular como resposta aos desafios do cotidiano e da história; c) qualificar quadros militantes que se dispõem a transformar, pela raiz, a estrutura do sistema capitalista, no nível político, econômico, ideológico e cultural; d) elevar o nível de consciência da classe oprimida e incorporar o povo como protagonista; e) facilitar o entendimento e aplicação do conteúdo e da metodologia popular, comprometendo as pessoas com a multiplicação criativa (PELOSO, 2012, p. 34).

Esse mesmo educador popular (o supracitado) explica um outro pressuposto básico dessa educação, que é justamente o que a torna via fundamental e parte indissociável das lutas camponesas para a superação do problema agrário no Brasil.

Como *só o conhecimento liberta*, não pode existir Educação Popular fora dos processos de luta popular. Assim, a luta popular é a Educação Popular aplicada, pois, *quem sabe como fazer, mas nunca fez, ainda não sabe*. A luta popular articula a ação de *dar* o peixe para quem tem fome, de *ensinar a pescar* para quem precisa sair da dependência e de elaborar uma estratégia para *tomar de volta os rios* que se tornaram propriedade privada (PELOSO, 2012, p. 9).

Tendo clara sua posição na pirâmide social, sua função no mundo, a potencialidade transformadora de suas ações criticamente orientadas e a convicção de que a realidade agrária vigente não permite a sua realização plena enquanto grupo de seres humanos, o campesinato define suas estratégias de luta contra seus opressores a partir da formação do povo por meio da Educação Popular, pois “quando a gente encara e vive este *não estar só no mundo*, está falando [que é fundamental para a aplicação] da metodologia popular. Este modo de ver e tratar é muito mais que um método – é uma concepção de mundo. É uma pedagogia” (FREIRE apud PELOSO, 2012, p. 23).

Para enfrentar a exclusão do acesso ao principal meio de produção (a terra), bem como outros ataques tais como, a implantação de uma outra cultura que sucumbe os seus valores originais, e a escravização ao sistema capitalista (exploração do trabalho e apropriação da renda da terra pelos baixos preços dos alimentos, venda de insumos químicos, sementes transgênicas e venenos agrícolas que gera lucros para as grandes corporações do agronegócio), a formação do campesinato é, portanto, um processo político-pedagógico fundamental para a luta pela superação do modelo agrário excludente, violento e causador de misérias.

As ações devem permanecer sempre embasadas numa reflexão crítica, alcançada através do diálogo, pois a ação sem a reflexão se converte em um ato de ativismo,

dispensando a possibilidade do diálogo. Nessa observação, o ser humano não pode dizer palavras sozinho, e nem para os outros, porém unidos, encontrados pelo diálogo podem ser estabelecidas as discussões (FREIRE, 1987). O processo dialógico para o desvelamento da realidade permite analisa-la de forma crítica e se colocar nela para transforma-la.

Essa práxis coloca as pessoas no centro do processo educativo, as tratam como sujeitos da produção espacial na história, mostrando que a realidade opressora não é uma condição que é, porque a história não decretou um ponto final, mas é algo que está sendo, e por isso pode ser transformada a partir da atuação dos oprimidos(as) conscientes de sua tarefa libertadora (FREIRE, 1987). Portanto, a Educação Popular por ser uma educação do povo, com o povo e para sua libertação, é contra hegemônica, tornando-se um caminho possível e extremamente necessário para a formação de uma nova cultura libertadora de homens e mulheres conscientes e atuantes para a produção de uma nova organização do espaço agrário brasileiro e da sociedade.

*“Nossa força resgatada pela chama,
De esperança no triunfo que virá,
Forjaremos dessa luta com certeza,
Pátria livre operária e camponesa,
Nossa estrela enfim triunfará”.*

Hino do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo fez-se o esforço de trazer alguns elementos para se pensar a realidade agrária brasileira, a partir de sua historicidade e das questões estruturais da produção/organização do espaço geográfico brasileiro, que desembocam em problemas gritantes para o povo do campo (e da cidade), sendo tais questões consequências do processo excludente da reprodução capitalista no território desde a invasão pelos portugueses no ano de 1500. Por outro lado, a discussão realizada acerca dos fundamentos, princípios, objetivos, aplicabilidade e urgência da Educação Popular e sua importância para a formação do povo camponês e da massa popular oprimida em geral, que tem como tarefa principal atuar conscientemente e dialogicamente para a transformação dessa sociedade rumo a justiça social no campo e na cidade, dá o tom de esperança e viabilidade metodológica/pedagógica para o continuada caminhada na luta por libertação.

REFERÊNCIAS

CALLAI, Helena Copetti. O livro didático no contexto dos processos de avaliação. **OKARA: Geografia em debate**, v.10, n. 2, p. 273-290, 2016.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A geografia no contexto da educação do campo: construindo o conhecimento geográfico com os movimentos camponeses. **Revista Percursos-NEMO**, Maringá, v. 3, n. 2, p. 25- 40, 2011.

Censo agropecuário 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

ATLAS BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: Atlas Brasil, 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GORENDER, Jacob. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

KUNZLER, Edinho Carlos; WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores. A ideologia nos livros didáticos de geografia durante o regime militar no Brasil. In: **Terra Livre** Presidente Prudente Ano 23, v. 1, n. 28 p. 197-220. Jan- Jun/2007.

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PELOSO, Ranulfo. **Trabalho de Base**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SANTANA, Carlos Alberto; LIMA, José Davi Ferreira. **Questão agrária**: uma questão política e regional. São Cristóvão: Secigeo, 2018.

STEDILE, João Pedro. **Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.

STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil (O debate tradicional – 1500-1970)**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Informações sobre os/as autores/as:

José Davi Ferreira Lima

Licenciando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. davi-lima16@hotmail.com
Nasceu no dia 30 de Outubro do ano 1998, na sede do município de Porto da Folha, no alto sertão sergipano. Vive no povoado Lagoa da Volta, no mesmo município, comunidade camponesa onde nasceram e vivem seus pais. Tem sua ancestralidade ligada ao povo camponês alagoano, do sertão e das várzeas dos rios Ipanema e São Francisco. Escreve poesia rimada, cordel e verso livre desde o ano 2016. É camponês, aprendiz de sanfona e militante da Pastoral da Juventude Rural (PJR)
OrcID: <https://orcid.org/0000-0001-6091-8313>

Evily Igor Santos

Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. vm.evily@gmail.com

Artigo recebido em 31/05/2020 e aceito em 04/06/2020